

# **Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2019 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## a) Reconhecimento de receita

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.13 e nº 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e de suas controladas decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. As controladas da Companhia são responsáveis pela construção, operação e manutenção de empreendimentos de geração eólica, cujos contratos negociados no leilão de longo prazo foram estabelecidos na modalidade de disponibilidade de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em virtude da existência de um risco de erro material pelo não reconhecimento adequado da receita. Dado o potencial impacto que tal assunto poderia acarretar sobre as demonstrações financeiras, este foi considerado por nós como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos para endereçar esse principal assunto de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das transações de receita de acordo com o período de competência; (ii) o exame documental de todos os contratos de compra e venda de energia com o objetivo de avaliar sua substância econômica em relação às atividades da Companhia e o adequado tratamento contábil; (iii) o recálculo dos ajustes contratuais, de acordo com o predisposto nos contratos de energia; e (iv) o envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação-suporte de auditoria e supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios para reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## b) Monitoramento do cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”)

A Companhia mantém contrato de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e operação de debêntures com esforços restritos, ambos com cláusulas restritivas (“covenants”). Caso a Companhia não consiga cumprir com as cláusulas restritivas desses instrumentos, estas poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia motivar uma reclassificação desses passivos não circulantes para circulantes. O monitoramento da situação financeira da Companhia é também parte integrante do processo de avaliação de continuidade das operações realizadas pela Administração da Companhia. Esses instrumentos preveem “covenants” financeiros e não financeiros, conforme divulgado nas notas explicativas nº 14 e nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que, apesar de não haver nenhum descumprimento das cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2019, os saldos envolvidos são materiais para a nossa auditoria, bem como a Companhia possuir fianças com instituições financeiras atreladas à conclusão (“completion”) física e financeira do projeto de implantação dos parques eólicos, conforme condições previstas nos contratos, e que também impactam o cálculo dos “covenants”.

Dessa forma, o assunto requereu nossa maior atenção quanto ao cálculo dos índices financeiros e ao atendimento aos índices não financeiros e, portanto, foi considerado um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção do entendimento do desenho e da implementação dos controles internos relevantes da Companhia relacionados aos processos de monitoramento e cálculo dos "covenants" implantados pela Administração; (ii) discussões com a Administração acerca da metodologia de cálculo dos "covenants" financeiros e atendimento das cláusulas não financeiras; (iii) a avaliação da sua aderência aos requerimentos dos respectivos instrumentos de dívida; (iv) a análise dos cálculos elaborados pela Administração; e (v) a análise das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os processos de monitoramento da situação financeira adotados pela Administração para os "covenants", assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2020

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
José Luiz Santos Vaz Sampaio  
Contador  
CRC nº 1 BA 015640/O-3

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
<b>CIRCULANTES</b>						<b>CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9	46	1.676	1.739	Fornecedores	13	33	35	357	1.114
Títulos e valores mobiliários	5	1	10	2.843	6.350	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	7.639	12.179
Contas a receber	6	-	-	3.102	3.104	Debêntures	14	661	547	661	547
Impostos e contribuições a recuperar		11	11	107	185	Arrendamentos		-	-	22	-
Dividendos a receber	27	2.763	-	-	-	Dividendos a pagar		-	1.468	-	1.468
Outros ativos		<u>1</u>	<u>11</u>	<u>500</u>	<u>1.036</u>	Obrigações trabalhistas		-	-	19	10
Total dos ativos circulantes		<u>2.785</u>	<u>78</u>	<u>8.228</u>	<u>12.414</u>	Obrigações tributárias		2	3	921	1.163
						Outros passivos	16	-	-	<u>911</u>	<u>728</u>
						Total dos passivos circulantes		<u>696</u>	<u>2.053</u>	<u>10.530</u>	<u>17.209</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>						<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Caixa Restrito	7	-	-	2.514	313	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	163.884	165.025
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	-	7.382	8.352	Debêntures	14	43.621	42.442	43.621	42.442
Contas a receber	6	-	-	3.213	485	Arrendamentos		-	-	2.324	-
Partes relacionadas	8	1.500	-	-	-	Outros passivos	16	-	-	<u>1.138</u>	<u>495</u>
Ações preferenciais resgatáveis	9	38.935	42.888	-	-	Total dos passivos não circulantes		<u>43.621</u>	<u>42.442</u>	<u>210.967</u>	<u>207.962</u>
Investimentos	10	85.065	89.462	-	-						
Imobilizado	11	-	-	283.835	291.396	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Intangível	12	-	-	293	144	Capital social	18	80.431	80.431	80.431	80.431
Total dos ativos não circulantes		<u>125.500</u>	<u>132.350</u>	<u>297.237</u>	<u>300.690</u>	Reserva legal		1.054	1.054	1.054	1.054
						Reserva de Lucros		<u>2.483</u>	<u>6.448</u>	<u>2.483</u>	<u>6.448</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>83.968</u>	<u>87.933</u>	<u>83.968</u>	<u>87.933</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u>128.285</u>	<u>132.428</u>	<u>305.465</u>	<u>313.104</u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>128.285</u>	<u>132.428</u>	<u>305.465</u>	<u>313.104</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quantidade de ações e valor da ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA	19	-	-	37.492	37.824
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	20	-	-	(18.723)	(18.539)
LUCRO BRUTO		-	-	18.769	19.285
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	20	(34)	(220)	(415)	(538)
Outras receitas operacionais			-		267
Equivalência patrimonial	10	2.831	(619)	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		<u>2.797</u>	<u>(839)</u>	<u>18.354</u>	<u>19.014</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	2	38	777	890
Despesas financeiras	22	<u>(5.291)</u>	<u>(5.756)</u>	<u>(20.297)</u>	<u>(24.917)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(5.289)</u>	<u>(5.718)</u>	<u>(19.520)</u>	<u>(24.027)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	23	-	-	(1.326)	(1.544)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(2.492)</u>	<u>(6.557)</u>	<u>(2.492)</u>	<u>(6.557)</u>
Média ponderada de ações integralizadas - em milhares		<u>80.431</u>	<u>80.431</u>		
Prejuízo por ação (em reais - R\$)		<u>(0,03098)</u>	<u>(0,08152)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2.492)	(6.557)	(2.492)	(6.557)
Outros resultados abrangentes		-		-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(2.492)</u>	<u>(6.557)</u>	<u>(2.492)</u>	<u>(6.557)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)  
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		80.431	1.054	15.013	-	96.498
Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.557)	(6.557)
Compensação de reserva de lucros		-	-	(6.557)	6.557	-
Distribuição de dividendos (R\$0,02497 por ação)	18	-	-	(2.008)	-	(2.008)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>80.431</u>	<u>1.054</u>	<u>6.448</u>	<u>-</u>	<u>87.933</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.492)	(2.492)
Absorção de reserva de lucros		-	-	(2.492)	2.492	-
Distribuição de dividendos (R\$0,01831 por ação)	18.3	-	-	(1.473)	-	(1.473)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>80.431</u>	<u>1.054</u>	<u>2.483</u>	<u>-</u>	<u>83.968</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Prejuízo do exercício		(2.492)	(6.557)	(2.492)	(6.557)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	11	-	-	13.331	13.128
Apropriação de juros sobre arrendamentos	3.15 a)	-	-	144	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14 e 15	5.205	5.401	19.737	20.745
Apropriação de custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14 e 15	41	295	41	295
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	22	(2)	(38)	(777)	(890)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(2.831)	619	-	-
Variação de ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(2.726)	17.075
Impostos a recuperar		-	(8)	78	(150)
Outros ativos		10	206	536	(508)
Fornecedores		(2)	(205)	(757)	(2.842)
Obrigações trabalhistas		-	-	9	10
Obrigações tributárias		(1)	(42)	1.084	920
Outros passivos		-	-	198	(4.777)
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	14 e 15	(3.435)	(3.520)	(17.475)	(14.429)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(1.326)	(1.857)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(3.507)</u>	<u>(3.849)</u>	<u>9.605</u>	<u>20.163</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aplicações financeiras vinculadas, caixa restrito e títulos e valores mobiliários		12	2.825	3.053	(10.790)
Dividendos recebidos	10 a)	4.465	11.755	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	(2.936)	(3.281)
Partes relacionadas		(1.500)	13.672	-	-
Ações preferenciais resgatáveis		3.953	5.112	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>6.930</u>	<u>33.364</u>	<u>117</u>	<u>(14.071)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Dividendos pagos		(2.942)	(5.544)	(2.942)	(5.544)
Empréstimos financiamentos e debêntures pagos	14 e 15	(518)	(3.303)	(6.691)	(7.550)
Captação de empréstimos		-	-	-	20.447
Arrendamentos pagos		-	-	(152)	-
Partes relacionadas		-	(20.706)	-	(20.706)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(3.460)</u>	<u>(29.553)</u>	<u>(9.785)</u>	<u>(13.353)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(37)</u>	<u>(38)</u>	<u>(63)</u>	<u>(7.261)</u>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
Saldo no início do exercício		46	84	1.739	9.000
Saldo no fim do exercício		9	46	1.676	1.739
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(37)</u>	<u>(38)</u>	<u>(63)</u>	<u>(7.261)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., "Sociedade por Ações" de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 4º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP- 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de outubro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos circulantes da Companhia e suas controladas excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$ 2.302 (R\$4.795 em 31 de dezembro de 2018). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras e as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e suas controladas.

#### 2. ENTIDADES DO GRUPO

##### 2.1. Sociedades controladas

A Companhia possui participações em sociedades controladas. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	2019 e 2018
Eólica Serra das Vacas V S.A.	26.000	11.600	100%
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	26.000	11.000	100%
	<u>52.000</u>	<u>22.600</u>	

As empresas controladas têm sede no município de São Paulo, estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paranatama, Estado de Pernambuco. A construção foi finalizada em agosto de 2017 e operaram em fase de testes entre setembro e novembro de 2017. Em 1º dezembro de 2017, as controladas iniciaram suas atividades comerciais.

## 2.2. Contrato de autorização

As controladas, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 126, de 16 de abril de 2015, e nº 127, de 16 de abril de 2015, foram autorizadas à estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

## 2.3. Comercialização de energia

As controladas, participaram do 6º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 31 de outubro 2014, conforme o Edital de Leilão nº 08/2014-ANEEL. Em 21 de julho de 2015, as controladas assinaram contratos de energia de reserva - CER, na modalidade disponibilidade de energia elétrica. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de outubro de 2017.

As controladas ofertaram, a partir de 1º de outubro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica aos contratos na modalidade de disponibilidade de energia elétrica.

## 2.4. Riscos das operações

### a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 3.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível; e (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

### 3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

### 3.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas

Os títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas recebem a classificação de "empréstimos e recebíveis" e estão demonstrados ao custo amortizado, sendo os efeitos das taxas de juros efetivas registrados no resultado e apresentados na rubrica "Receitas financeiras".

### 3.4. Instrumentos financeiros - ativos

#### a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

#### (i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

## (iii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

## b) "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foi constituída provisão para riscos de crédito.

## 3.5. Instrumentos financeiros - passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### 3.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos de Energia de Reserva são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

### 3.7. Estimativa para provisão perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

### 3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia e controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.



a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.10. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.11. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.12. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### 3.13. Reconhecimento de receita

#### a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os controles mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

### 3.14. . Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos.

### Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

### 3.15. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 06 (R2) Arrendamentos (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	Aplicação em exercícios anuais, iniciados em 1º de janeiro de 2019, com alteração na contabilização e classificação dos arrendamentos mercantis. A Administração da Companhia avaliou os impactos do CPC 06 (R2), conforme evidenciado abaixo.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

### CPC 06 R2 (IFRS 16) – Operações de Arrendamento Mercantil

A norma entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial, tenha como base valores variáveis ou prazo indeterminado.

A companhia e suas controladas avaliaram os impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes da adoção inicial da norma. Essa avaliação foi segregada da seguinte forma: (i) levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transição; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial; e (iv) impactos da adoção inicial.

A Administração realizou um inventário dos contratos e, fazendo uma análise dos tipos de contratos que se enquadram no escopo do arrendamento, identificou as seguintes classificações: (a) isenções: (i) prazo de vigência menor que doze meses; (ii) contratos de baixo valor; (iii) contratos que não possuem prazo determinado; e (iv) contratos que a Companhia não possui controle do ativo, e (b) contratos que a Companhia possui controle do ativo e existe contraprestação.

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada que não exigiu a rerepresentação dos valores, não impactou o patrimônio líquido e o cálculo de dividendos ou da distribuição de juros sobre capital próprio e possibilitou a utilização de expedientes práticos.

As controladas da Companhia possuem contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma, a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente, considerando o prazo remanescente dos contratos, e aplicando taxa de desconto incremental. Tal taxa de desconto, corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de "Arrendamentos" do balanço patrimonial e são devidos como segue:

Consolidado	
Mais de 5 anos	
Total dos pagamentos mínimos	7.003
Encargos financeiros futuros	(4658)
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>2.345</u>
Circulante	21
Não circulante	<u>2.324</u>
	<u>2.345</u>

a) A movimentação do exercício é conforme segue

Arrendamentos – Consolidado	
Adoção inicial em 1 de janeiro de 2019	2.306
Adição de novos contratos e atualização monetária	47
Apropriação de juros	144
Amortizações	(152)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2.345</u>

- b) A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente.

Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e podem ser apresentados conforme segue:

Direito de Uso	
Adoção em 01 de janeiro de 2019	2.306
Adição de novos contratos e atualização monetária	47
Depreciação	(47)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2.306</u>

### 3.16. Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2)) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual ( <i>Conceptual Framework</i> ) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do CPC 00 (R2) e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos bancários	<u>9</u>	<u>46</u>	<u>1.676</u>	<u>1.739</u>

### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	<u>1</u>	<u>10</u>	<u>2.843</u>	<u>6.350</u>

(\*) Refere-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os rendimentos médios foram de 96,53% do CDI (97,63% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2018).

### 6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2019	2018
Fornecimento de energia elétrica (a)	-	98
Fornecimento contratual de energia - CER (b)	3.102	3.006
Conta de ajuste contratual (quadriênio) de energia - CER (c)	3.213	485
	<u>6.315</u>	<u>3.589</u>
Circulante	3.102	3.104
Não Circulante	3.213	485
	<u>6.315</u>	<u>3.589</u>

- (a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica liquidadas no Ambiente de contratação livre e de fornecimento de energia elétrica liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP.
- (b) Saldo referente contratos de energia de reserva.
- (c) Saldo referente superávit de geração contratual anual e acumulado (quadriênio) do contrato de Comercialização de Energia de Reserva - CER.

A controlada Eólica Serra das Vacas V S.A. apurou déficit de geração ao final do segundo ano de seu quadriênio que se encerrou em setembro de 2019, o saldo do ressarcimento anual do déficit será liquidado em 12 parcelas, conforme regimento do Contrato de Energia de Reserva CER. Vide nota explicativa nº 16. Para a controlada Eólica Serra das Vacas VII S.A., foi apurado superávit no segundo ciclo e sua liquidação será ao término do quadriênio, em setembro de 2021.

## 7. CAIXA RESTRITO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

### a) Caixa restrito

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos bancários	2.514	313

### b) Aplicações financeiras vinculadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fundo Bradesco H Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo	7.382	8.352

Referem-se a aplicações no Bradesco H FI RF Referenciado DI longo prazo cuja carteira é composta de aproximadamente 68% de suas operações atreladas a títulos públicos federais e 32% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os rendimentos médios foram de 87,93% do CDI (88,36% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

Os itens (a) e (b), referentes a caixa restrito e as aplicações financeiras vinculadas, são mantidos no ativo não circulante como forma de garantia, e vinculados ao financiamento obtido junto ao BNDES mencionado na nota explicativa nº 15.

## 8. PARTES RELACIONADAS

Refere-se a operações de mútuo com as controladas a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Eólica Serra das Vacas V S.A.	1.500	-

## 9. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS EM CONTROLADAS

	Controladora	
	2019	2018
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	<u>38.935</u>	<u>42.888</u>

## a) Ações preferenciais resgatáveis em controladas

Em 30 de novembro de 2017, o Conselho de Administração das empresas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$48.000.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2030 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 15.763.124. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Eólica Serra das Vacas V S.A. - R\$	2,9224	0,0269	2,8955
Eólica Serra das Vacas VII S.A. - R\$	3,1784	0,0336	3,1448

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$475, e parte como reserva de capital no montante de R\$47.525. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão deduzido dos resgates realizados até 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$38.935, foi registrado como passivo circulante nas empresas controladas, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas		Legislação societária		
	Quantidade	Valor de emissão	Capitalizadas	Reserva de capital	
Eólica Serra das Vacas V S.A.	8.212.303	24.000	221	23.779	
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	7.550.821	24.000	254	23.746	
	<u>15.763.124</u>	<u>48.000</u>	<u>475</u>	<u>47.525</u>	
2018					
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital		Saldo	
		30/11/2017	Valor resgatado		Total reserva
Eólica Serra das Vacas V S.A.	221	23.779	(2.556)	21.223	21.444
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	254	23.746	(2.556)	21.190	21.444
	<u>475</u>	<u>47.525</u>	<u>(5.112)</u>	<u>42.413</u>	<u>42.888</u>

	Ações preferenciais resgatáveis	2019			Saldo 31/12/2019
		Reserva de CAPITAL			
		31/12/2018	Valor resgatado	Total reserva	
Eólica Serra das Vacas V S.A.	221	21.223	(1.999)	19.224	19.445
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	254	21.190	(1.954)	19.236	19.490
	<u>475</u>	<u>42.413</u>	<u>(3.953)</u>	<u>38.460</u>	<u>38.935</u>

## 10. INVESTIMENTOS

A composição do saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	
	2019	2018
Avaliação patrimonial	<u>85.065</u>	<u>89.462</u>

a) Movimentação do saldo dos investimentos:

Controlada	2019			
	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2019
Eólica Serra das Vacas V S.A.	40.288	435	(2.162)	38.561
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	49.174	2.396	(5.066)	46.504
	<u>89.462</u>	<u>2.831</u>	<u>(7.228)</u>	<u>85.065</u>

Controlada	2018			
	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2018
Eólica Serra das Vacas V S.A.	43.779	(592)	(2.899)	40.288
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	52.973	(27)	(3.772)	49.174
	<u>96.752</u>	<u>(619)</u>	<u>(6.671)</u>	<u>89.462</u>

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Empreendimentos	2019			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Eólica Serra das Vacas V S.A.	153.563	(113.227)	(40.336)	435
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	152.560	(105.066)	(47.494)	2.396
	<u>306.123</u>	<u>(218.293)</u>	<u>(87.830)</u>	<u>2.831</u>

Empreendimentos	2018			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Eólica Serra das Vacas V S.A.	154.925	(114.637)	(40.288)	(592)
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	157.101	(108.927)	(48.174)	(27)
	<u>313.026</u>	<u>(223.564)</u>	<u>(89.462)</u>	<u>(619)</u>



## 11. IMOBILIZADO

## a) Imobilizado em curso

	Consolidado	
	Material Sobressalente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.661	1.661
Aquisições	466	466
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.127	2.127
Transferências	(2.049)	(2.049)
Aquisições	2.787	2.787
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.865	2.865

## b) Imobilizado em serviço

	Consolidado						Total
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Direito de uso	Provisão para Desmobilização	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	668	27.467	271.452	7	-	-	299.594
Aquisições	-	2.717	86	7	-	-	2.803
Depreciações	-	(997)	(12.131)	-	-	-	(13.128)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	668	29.187	259.407	7	-	-	289.269
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	2.049	-	-	-	2.049
Arrendamento	-	-	-	-	2.353	-	2.353
Provisão para desmobilização (*)	-	-	-	-	-	630	630
Depreciações	-	(1.061)	(12.184)	(1)	(47)	(38)	(13.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	668	28.126	249.270	6	2.306	592	280.970
Segregado em:							
Custo	668	30.266	274.682	7	2.353	630	308.606
Depreciação acumulada	-	(2.140)	(25.412)	(1)	(47)	(38)	(27.636)
	668	28.126	249.270	6	2.306	592	280.970
Vida útil média - em anos		31,04	15,29	16,0			
Taxa média de depreciação - em %		3,22	6,54	6,25			
Total do ativo imobilizado em 2018							291.396
Total do ativo imobilizado em 2019							283.835

(\*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente. A provisão foi reconhecida no ativo imobilizado em contrapartida de outros passivos no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

## 12. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	132	-	132
Aquisição	-	12	12
Saldos em 31 de dezembro de 2018	132	12	144
Aquisição	-	149	149
Saldos em 31 de dezembro de 2019	132	161	293

	Consolidado		
	<u>Servidões</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Segregado em:			
Custo	<u>132</u>	<u>161</u>	<u>293</u>
Vida útil média - em anos		5	
Taxa média de depreciação - em %		20	

### 13. FORNECEDORES

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação

	Controladora		Consolidado	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores de materiais e serviços	<u>33</u>	<u>35</u>	<u>357</u>	<u>1.114</u>

### 14. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. aprovou, em 27 de outubro de 2017, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única. Para esta série foram emitidas 48.000 (quarenta e oito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o valor total da emissão de R\$48.000 (quarenta e oito milhões de reais).

As debentures serão amortizadas em 28 (vinte e oito) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2018 e juros de 7,31 % ao ano + IPCA. O montante foi liberado à Companhia em dezembro de 2017.

Os recursos líquidos captados em 11 de dezembro de 2017 foram destinados a investimentos nas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos) e geração de caixa. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. No contrato de financiamento também existem cláusulas de repactuação.

	Controladora e consolidado	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Principal e juros incorridos	48.057	46.805
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(3.775)</u>	<u>(3.816)</u>
	<u>44.282</u>	<u>42.989</u>

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Segregado entre:		
Circulante	661	547
Não circulante	43.621	42.442
	<u>44.282</u>	<u>42.989</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2021	791
2022	1.678
2023	2.129
2024	2.336
2025	3.014
2026 - 2030	26.790
2031	6.883
	<u>43.621</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	44.117
Juros incorridos	5.401
Amortização de juros	(3.520)
Amortização de principal	(3.303)
Apropriação custos a amortizar	295
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>42.989</u>
Juros incorridos	5.205
Amortização de juros	(3.435)
Amortização de principal	(518)
Apropriação custos a amortizar	41
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>44.282</u>

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia captaram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas com data final de amortização em 15 de março de 2034.

	2019	2018
Principal e juros incorridos	<u>171.523</u>	<u>177.204</u>
Segregado entre:		
Circulante	7.639	12.179
Não circulante	163.884	165.025
	<u>171.523</u>	<u>177.204</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	R\$
2020	7.623
2021	8.198
2022	8.817
2023	9.482
2024	10.198
2025	63.774
2026 – 2034	55.792
	163.884

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de abril de 2018 a 15 de março de 2034. O principal é atualizado por TJLP + 2,46% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., ações das empresas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial, apresentação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos) e geração de caixa. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, essas cláusulas restritivas foram atendidas, e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. No contrato de financiamento também existem cláusulas de repactuação.

O contrato de financiamento também apresenta cláusulas que condicionam a Companhia, na posição de interveniente, a não distribuir recursos aos acionistas, seja na forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo legal estatutário de 25% do lucro líquido do período, salvo se obter autorização prévia do BNDES, ou cumprir integralmente e cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) verificação da conclusão do projeto; (ii) atendimento do ICSD consolidado no exercício anterior; (iii) cumprimento de todas as obrigações dispostas no contrato de Cessão Fiduciária; (iv) inexistência de qualquer inadimplemento da Companhia e suas controladas; e (v) comprovação de geração mínima consolidada de 197,976 Gwh no período de doze meses anteriores ao mês de apuração.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas cumpriram, cumulativamente, as condições apresentadas acima e, desta forma, conforme descrito na nota explicativa nº 18.3, aprovou a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$1.473.

a) A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	156.569
Liberações do financiamento	20.447
Juros incorridos	<u>15.344</u>
Amortização de juros	<u>(10.909)</u>
Amortização de principal	<u>(4.247)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	177.204
Juros incorridos	14.532
Amortização de juros	<u>(14.040)</u>
Amortização de principal	<u>(6.173)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>171.523</u></u>

Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da controladora, somente o contrato de debêntures.

Em dezembro de 2019, a companhia obtém o *completion* financeiro nos termos da cláusula décima contrato de financiamento e recebe a liberação da carta de fiança bancária, conforme *caput* da cláusula décima e parágrafo segundo e terceiro da cláusula décima oitava do contrato de financiamento.

## 16. OUTROS PASSIVOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Obrigação contratual (a)	<u>911</u>	<u>728</u>
Total circulante	911	728
Obrigação contratual (a)	508	495
Provisão para desmobilização (b)	<u>630</u>	<u>-</u>
Total não circulante	1.138	495
Total outros passivos	<u><u>2.049</u></u>	<u><u>1.223</u></u>

- (a) A controlada Eólica Serra das Vacas V S.A. apurou déficit de geração ao final do segundo ano de seu quadriênio, que se encerrou em setembro de 2019, o saldo do ressarcimento anual do déficit será liquidado em 12 parcelas conforme regimento do Contrato de Energia de Reserva CER. Para controlada Eólica Serra das Vacas VII S.A., foi apurado superávit no segundo ciclo e sua liquidação será ao término do quadriênio, em setembro de 2021. Vide nota explicativa nº 6.
- (b) Provisão para desmobilização – Refere-se ao registro no montante ajustado a valor presente, para cobertura dos custos futuros de desmobilização dos ativos das investidas após o final da autorização.

## 17. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos seus assessores legais, avalia a necessidade ou não de registro de constituição para riscos judiciais. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia não identificou a existência de processos ou situações que requeressem o registro de provisão para riscos.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social integralizado é no montante de R\$80.431, dividido em 80.431.200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Controladora</u>		
	<u>Capital Subscrito</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Serra das Vacas Participações S.A.	<u>80.431</u>	<u>80.431.200</u>	<u>100%</u>
	<u>80.431</u>	<u>80.431.200</u>	<u>100%</u>

### 18.2. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

### 18.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou baseado no percentual deliberado em assembleia ordinária. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia propôs dividendos de R\$1.473 (R\$2.008 em 31 de dezembro de 2018).

## 19. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Suprimento de energia elétrica - auferido no mercado Livre - MCP	110	862
Suprimento de energia elétrica - energia de reserva - CER	36.368	35.137
Sobras e déficit da obrigação contratual - CER	<u>2.502</u>	<u>3.449</u>
Total receita bruta	<u>38.980</u>	<u>39.448</u>
(-) Deduções:		
PIS e COFINS	(1.332)	(1.471)
Taxa de fiscalização da ANEEL	<u>(156)</u>	<u>(153)</u>
Total	<u>(1.488)</u>	<u>(1.624)</u>
Total de receita líquida	<u>37.492</u>	<u>37.824</u>

## 20. CUSTO E DESPESAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2019	2018
Suprimento de energia	-	(835)
Depreciação e amortização	(13.331)	(13.128)
Despesa com pessoal	(475)	(447)
Serviços de terceiros	(2.530)	(2.409)
Arrendamentos	(181)	(406)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(1.648)	(1.775)
Material	(313)	(247)
Outros	(245)	708
	<u>(18.723)</u>	<u>(18.539)</u>

## 21. RECEITAS (DESPESAS) GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Serviços de terceiros	(34)	(97)	(415)	(384)
Outras Despesas e Receitas		<u>(123)</u>		<u>113</u>
	<u>(34)</u>	<u>(220)</u>	<u>(415)</u>	<u>(271)</u>

## 22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	2019	2018
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	<u>2</u>	<u>38</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(5.205)	(5.401)
Comissões e "waiver fee"	-	(24)
Outras despesas	<u>(86)</u>	<u>(331)</u>
	<u>(5.291)</u>	<u>(5.756)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(5.289)</u>	<u>(5.718)</u>
	Consolidado	
	2019	2018
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	<u>777</u>	<u>890</u>
	<u>777</u>	<u>890</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(19.736)	(20.744)
Comissões e "waiver fee"	(3)	(3.306)
Outras Despesas	<u>(558)</u>	<u>(867)</u>
	<u>(20.297)</u>	<u>(24.917)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(19.520)</u>	<u>(24.027)</u>

## 23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentada a seguir:

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está apresentada a seguir:

	Controladas			
	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de energia	<u>38.980</u>	<u>38.980</u>	<u>39.448</u>	<u>39.448</u>
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	3.118	4.678	3.156	4.734
Receitas financeiras	777	777	853	853
Base de cálculo	3.895	5.455	4.276	5.854
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(584)	(491)	(641)	(524)
Adicional de IRPJ	(251)	-	(379)	-
Total	<u>(835)</u>	<u>(491)</u>	<u>(1.020)</u>	<u>(524)</u>
Despesas com IRPJ e CSLL		<u>(1.326)</u>		<u>(1.544)</u>

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros:

	Classificação	Controladora	
		2019	2018
<b>ATIVOS</b>			
	Valor justo por		
Caixa e equivalente de caixa	meio do resultado	9	46
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	1	10
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	Custo amortizado	38.925	42.888
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.500	-
Dividendos a receber	Custo amortizado	2.763	-
<b>PASSIVOS</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	33	35
Debêntures	Custo amortizado	44.282	42.989
Dividendos a pagar	Custo amortizado	-	1.468



	Consolidado		
	Classificação	2019	2018
<b>ATIVOS</b>			
	Valor justo por		
Caixa e equivalente de caixa	meio do resultado	4.190	2.052
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	10.225	14.702
Contas a receber	Custo amortizado	6.315	3.589
<b>PASSIVOS</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	357	1.114
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	171.523	177.204
Debêntures	Custo amortizado	44.282	42.989
Outros passivos	Custo amortizado	2.049	1.223
Arrendamentos	Custo amortizado	2.346	-
Dividendos a pagar	Custo amortizado	-	1.468

## b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

## c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

## d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Em 31 de dezembro de 2019, conforme mencionado na nota explicativa nº 1 a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 2.302 (R\$4.795 em 31 de dezembro de 2018). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, e a expectativa é que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e suas controladas.

## e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

## f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

## g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA: acumulado últimos 12 meses: 4,31
- TJLP: 5.57%.
- CDI - acumulado últimos 12 meses: 5,94%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	2019	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Títulos e valores mobiliários	1	CDI	-	-	-
Debêntures	(44.282)	IPCA + 7,31	(5.146)	(6.432)	(7.718)
	<u>(44.281)</u>		<u>(5.146)</u>	<u>(6.432)</u>	<u>(7.718)</u>
			Cenário		
Consolidado	2019	Índice ao ano	Provável	(25%)	(50%)
Títulos e valores mobiliários	2.843	CDI	169	211	253
Aplicações financeiras vinculadas	7.382	CDI	438	548	658
			(5.146)	(6.432)	(7.718)
Debêntures	(44.282)	IPCA + 7,31	(5.146)	(6.432)	(7.718)
Empréstimos e financiamentos	(171.523)	TJLP + 2,46	(13.773)	(17.217)	(20.660)
	<u>(205.580)</u>		<u>(18.312)</u>	<u>(22.889)</u>	<u>(27.467)</u>

## h) Risco de capitalização

	<u>Consolidado</u> 2019	<u>Consolidado</u> 2018
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	215.805	220.193
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliário e aplicações financeiras vinculadas	<u>14.415</u>	<u>16.754</u>
Dívida líquida	<u>201.390</u>	<u>203.439</u>
Patrimônio líquido	83.968	87.933
Índice de alavancagem financeira - %	240%	231%

## 25. COMPROMISSOS

- a) As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$1.600 ao ano, com vencimento em 2030, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.

## 26. SEGUROS

Objeto	Controladora e Consolidado			
	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2019	19/12/2020	Controladora e controladas
Riscos operacionais				
Parque eólico das investidas	279.328	19/12/2019	19/12/2020	Controladas

## 27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	<u>2019</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Adoção inicial – CPC 06 (R2) – arrendamentos/imobilizado	-	2.353
Provisão para desmobilização – outros passivos/imobilizado	-	630

## 28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 30 de março de 2020.